

-----ATA N.º 05-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 18 DE SETEMBRO DE 2015-----

-----Aos dezoito dias do mês de setembro de 2015, pelas 21.00 horas reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento do Município de Torres Vedras aprovado para 2015, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09;-----

-----**2.º Ponto** - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2015 a cobrar em 2016, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09;-----

-----**3.º Ponto** - Fixação da taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2015 a cobrar em 2016, a que os municípios têm direito em cada ano, tendo presente a alínea b) do n.º 1 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12.09;-----

-----**4.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, ao lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2016, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09;-----

-----**5.º Ponto** - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2016, prevista na Lei n.º 5/2004 de 10.02 - Lei das Comunicações Eletrónicas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 25 da 75/2013 de 12.09;-----

-----**6.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual - Preparação do ano letivo de 2015/2016 – Ação Social Escolar - Auxílios Económicos – Serviço de Apoio à Família – Generalização de Refeições no 1.º ciclo de Ensino Básico e Atividades de Enriquecimento Curricular, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02;-----

-----**7.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais gerados pelo Plano de Liquidação dos Pagamentos em Atraso, nos termos no art.º 6.º e 16 da Lei n.º 8/2012 de 21.02;-----

-----**8.º Ponto** - Discussão e aprovação do Plano de Pormenor da Unidade Industrial da Tomix em cumprimento do art.º 90 .º do RJIGT, na redação dada pelo Decreto Lei 80/2015 de 14/05;-----

-----**9.º Ponto** - Ratificação de Declaração de Interesse Municipal, para regularização de “Centro de Produção de Espera” – Espera – Runa Freguesia de Runa, requerido Constradas - Estradas e Construções, S.A referente ao processo CI 1/15 tendo presente a competência prevista no art.º130.º do Regulamento do PDM em vigor;-----

-----**10.º Ponto** - Discussão e votação do projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09;-----

-----**11.º Ponto** - Nomeação de novos elementos constituintes do Conselho Municipal de Educação, de acordo com a alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, introduzida pelo Decreto – Lei 72/2015 de

11.05;-----

-----**12.º Ponto** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09.-----

-----Presidiu o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Jacinto António Franco Leandro, Marco Henriques Claudino, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Rui José Prudêncio, António João Leal da Costa Bastos, Francisco João da Fonseca Inácio, Ana Isabel Marques Fiéis, José António do Vale Paulos, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, António Martins Moreira, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Maria Leonor Marques Marinheiro, Vítor José dos Santos Fernandes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Renata Filipa Santos Nunes Simões, João Alexandre Pires Bernardes, Paulo Dinis Faustino Valentim, Marta Filipa Sousa Geraldês, Pedro Miguel Germano Bernardes, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, José Manuel Cristóvão, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre Santos Narciso.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, Hugo Miguel Fernandes Martins, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira e Sérgio Rodrigo dos Santos Cipriano. -----

-----O **Sr. Presidente da Mesa** informou que tinha recebido do Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 2 do art.º 50 da Lei 75/13 de 12.09, o pedido para deliberar sobre o assunto abaixo indicado, tendo colocado à consideração da Assembleia para que o mesmo fosse aditado à ordem de trabalhos, e obtido a anuência de todos os presentes.-----

-----“Autorização prévia da Assembleia Municipal para a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais – concurso público para a empreitada de construção do “Centro de Interpretação da Judiaria de Torres Vedras – Story Center – Casa Cerca da Josefa.”, nos termos do n.º 6 do art.º 22 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21.02.”-----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que a ata n.º 3 de 28.04 do corrente ano que foi previamente distribuída por todos os membros, se encontrava na mesa, a qual, após introdução de pequenas alterações foi logo assinada.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou em definitivo o texto da ata apresentada.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O Primeiro Secretário Sr. António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados três documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO 1:-----

-----Ofício número 156.15 da 83453, da Instituto da Segurança Social, Centro Distrital de Lisboa de 31 de julho do corrente ano, a responder à exposição remetida por este órgão referente ao Relatório de Atividade de 2014 da Comissão de Proteção de Jovens de Torres Vedras.-----

DOCUMENTO 2:-----

-----Ofício número 3678 do Centro Hospitalar do Oeste, de 8 de julho a remeter resposta ao voto desagrado enviado por este órgão deliberativo, na sequência de sessão ordinária de 15 de junho último.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-mail de Cláudia Horta Ferreira de 14 de setembro, a justificar a sua falta na sessão por compromissos político partidários assumidos e a solicitar a sua substituição.-----

-----Foi convocado Artur Alexandre Narciso dos Santos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida e aceitou as justificações de falta apresentada.-----

-----O Primeiro Secretário informou que tinha sido entregue à mesa duas moções, que se transcrevem na íntegra: -----

MOÇÃO – SOBRE SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS E IMIGRANTES NA EUROPA:-----

-----“ Sobre a Situação dos Refugiados e Imigrantes na Europa:-----

-----Considerando que:-----

-----estes movimentos migratórios e de imigrantes são fugas à pobreza, à guerra e à morte;-----

-----as centenas de milhares de seres humanos e de famílias inteiras que arriscam a vida em luta pela sua sobrevivência carregam consigo histórias dramáticas de vida;-----

-----os direitos inalienáveis à vida e à dignidade são princípios basilares consagrados na Carta das Nações Unidas;-----

-----esta dura realidade deve ser sublinhada nas suas causas e responsáveis por ser uma dolorosa demonstração do carácter desumano, explorador e agressivo do sistema capitalista, tal como o são os processos de desestabilização económica e política, o saque dos recursos naturais, e as guerras de agressão imperialistas, em vários pontos do globo;-----

-----é deplorável a forma como a União Europeia reage a esta realidade, identificando o direito à sobrevivência de milhões de seres humanos como uma ameaça, e abrindo assim campo ao racismo, à xenofobia e às ações criminosas de grupos fascistas;-----

-----a visão de total discriminação contida na resposta que se pretende dar aos problemas humanitários, a pretexto da distinção entre refugiados e migrantes, é reprovável e abre caminho a visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses, que apontam para novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano;-----

-----a resposta necessária a esta situação passa necessariamente: pelo respeito pelos direitos humanos, incluindo os sociais e laborais, e pelo direito dos povos ao desenvolvimento; pelo abandono da política de repressão e de militarização deste drama humanitário — que apenas aprofunda as suas causas e alimenta as redes de imigração ilegais; pelo desenvolvimento de uma política humanitária de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes e pelo combate às causas da imigração em massa - ou seja pelo fim das políticas de guerra e ingerência, pelo fim das políticas neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente, pelo respeito da soberania e independência dos Estados, pelo decidido combate à pobreza e por políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos.-----

-----E, face à dimensão do drama humano do movimento de refugiados e imigrantes oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente, os eleitos do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia Municipal, na Sessão realizada no dia 18 de Setembro de 2015, delibere:-----

-----1. Expressar a sua solidariedade aos povos vítimas da ingerência e agressão externa - designadamente ao povo da Síria que está hoje a constituir o maior contingente de refugiados e aos povos vítimas de exploração e de saque dos recursos naturais e de negação dos seus mais básicos direitos económicos e sociais;-----

-----2. Que o governo português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes numa expressão da solidariedade do Estado português para com os povos vítimas das agressões e políticas anteriormente referidas;-----

-----4. Remeter a presente moção para: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Comissão

Europeia, Redação da Agência Noticiosa Nacional — LUSA.-----

-----Os eleitos do PCP na Assembleia Municipal de Torres Vedras.”-----

-----Pedi a palavra o líder da bancada socialista *Sr. José Augusto de Carvalho*, fazendo notar que a problemática em apreço extravasa o princípio de especialidade, pois como órgão autárquico cumpre-lhes tratar assuntos específicos da população torriense e há problemas que pela sua transcendência e dimensão, não sabe se estão em condições de sobre eles tomar posição, não obstante deverem reconhecer que a União Europeia não tem uma política de acolhimento nem de refugiados nem de migrantes.-----

-----Acha que a União Europeia ultimamente vem-se revelando menos uma união. É um conglomerado de egoísmos em que cada um trata dos seus interesses na mais pura obediência àquilo que caracteriza a política internacional, a hipocrisia.-----

-----Se por um lado reconhecem que a EU é tudo isto e muito mais, por outro seria irresponsável levantarem a voz no sentido do acolhimento indiscriminado, lembrando que as guerras não são de hoje, as agressões a que a moção se refere não são de hoje. Não podem abrir as portas de par em par para acolher todos quantos desejem entrar no espaço territorial português, o que seria sumamente irresponsável e impensável.-----

-----Não havendo um acolhimento controlado na Europa interroga-se quem está em condições de distinguir quem são os que necessitam do acolhimento, de outros que se poderão servir desta oportunidade para criar células terroristas no espaço europeu.-----

-----Trata-se de um tema muito sério a justificar uma ponderação, sem descurar princípios de humanidade e solidariedade universais. Identifica-se com aqueles que não deixam de apontar o dedo às instituições europeias que estão em completa falência neste domínio e em muitos outros, mas não o leva a votar favoravelmente a moção.-----

-----O representante do PCP, *Sr. João Bernardes* respondeu que a moção não diz que devem abrir as portas de par em par, mas é evidente que o problema existe, é um problema humanitário gravíssimo.

-----Neste órgão político, que é a Assembleia Municipal, onde se devem discutir questões políticas, vêm dizer que não chega acolher, tem que se ir à raiz do problema, que não sendo de hoje continua a existir e provém de ingerências dos países que levam a estas migrações.-----

-----Dizem que perante a situação humanitária que se vive, não podem estar só a falar ou serem indiferentes à questão. Fazem um alerta ao órgão político e cada membro assumirá a sua responsabilidade na votação.-----

-----Não se registaram mais intervenções e passou-se à votação, tendo a Assembleia Municipal, aprovado com 4 votos a favor e 30 abstenções a moção em título.-----

MOCÃO DE PROTESTO - ESTRADA NACIONAL 9:-----

-----“ A Estrada Nacional n.º 9 é uma estrada de 1.ª classe que integra a Rede Nacional de Estradas

de Portugal, localizada no distrito de Lisboa desde Cascais até Alenquer, sendo considerada como eixo fundamental para o escoamento de produtos do Litoral Oeste para o Sul, o Norte e Espanha através do nó do Carregado.-----

-----Esta via possui um fluxo de trânsito considerado excepcional, nomeadamente, de veículos pesados, por esse motivo tem vindo ao longo dos anos a ser reabilitada em determinados troços do seu percurso.-----

-----Considerando que o troço entre Torres Vedras e Merceana não tem merecido a melhor atenção dos responsáveis, sendo até identificado como o percurso de Estrada Nacional de 1.^a classe mais desprezada do País em termos de reabilitação e manutenção. Com cerca de catorze quilómetros esta via tem causado a maior indignação a todos os seus utentes.-----

-----São revoltantes e inaceitáveis as condições de degradação e insegurança ali existentes, tendo provocado vários acidentes com avultados prejuízos para pessoas e seus bens.-----

-----Considerando que a última repavimentação ocorreu há mais de 38 anos, que existem estudos e projetos, há pelo menos uma década, é prova bastante que a E.N.9 necessita de facto de uma reparação substancial.-----

-----A ausência de bermas provocada pela ocupação da vegetação na faixa de rodagem é uma constante que se junta à má qualidade do pavimento que se apresenta como uma manta de retalhos, fissurado, aqui e ali, abatido e neste momento com vários buracos o que se afigura de extrema perigosidade com o aparecimento das chuvas.-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, em sessão ordinária de 18 de Setembro de 2015 aprova o presente protesto, reconhecendo o estado caótico em que se encontra o referido troço da E.N. 9, exigindo imediata intervenção de requalificação e manutenção pela entidade responsável pela gestão da Estradas do distrito de Lisboa, ao nível do pavimento, bermas, valetas, passeios, nós, interseções, além da reposição e adequação dos equipamentos de proteção, de segurança e o reforço da sinalização rodoviária.-----

-----A enviar a: - Estradas de Portugal, S.A. , Infraestruturas de Portugal, IP,SA, e Ministério das Obras Públicas.-----

-----José António Vale Paulos.”-----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a moção de protesto em título.-----

AMBIENTE : PRÉMIO EUROPEAN GREEN LEAF 2015 E GALARDÃO ECO 21/ 2015:-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* deu nota que em junho último Torres Vedras recebeu o prémio European Green Leaf 2015, atribuído pela Comissão Europeia. Trata-se do resultado cumulativo do trabalho de várias décadas quanto à mobilidade, preservação de biodiversidade e gestão da água e que este ano foi atribuído a Torres Vedras e a Mollet del Valles (Espanha).-----

-----Também assinalou que será hoje em Sesimbra atribuído ao município de Torres Vedras pela Associação Bandeira Azul da Europa o galardão Eco 21 2015. -----

-----Passaram 10 anos e Torres Vedras está no topo 10 a nível nacional deste galardão, onde os municípios candidatos são avaliados segundo 21 indicadores e por uma comissão nacional que integra representantes de mais de 40 entidades.-----

-----Considera que todos se devem encher de orgulho e a atribuição destes prémios justifica estas palavras de apreço ao Executivo Municipal.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras de elogio e incentivo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONSELHO CONSULTIVO DO CHO – 3 DE JULHO DE 2015:-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* representante da Assembleia Municipal neste conselho, deu nota que finalmente teve lugar a 1.ª reunião do mesmo, da qual elaborou a informação que foi entregue à mesa e distribuída por todos os membros no início dos trabalhos. -----

-----Sublinhou a prestação positiva do presidente deste órgão, que foi decisiva no funcionamento da reunião em aspectos sensíveis como a aprovação do regulamento e à disponibilização de documentação de suporte para apreciação das matérias.-----

-----Faz esta referência, por contraponto à atuação do Presidente do Conselho de Administração.-----

-----A informação refere também a atividade do CHO comparando os anos de 2013 e 2014, salientando que é deveras preocupante os dados de maio 2014 e 2015, por traduzirem uma degradação acentuada.-----

-----Deu nota das considerações que faz entre as quais que a composição deste órgão não valoriza a representação das comunidades locais e especialmente não valoriza os utentes sem alternativa do CHO, porque são três representantes num universo de dez.-----

-----Terminou fazendo um apelo para que esta problemática mereça uma atenção sistemática em acréscimo às intervenções esporádicas que têm tido e não criem demasiada expectativa relativamente aos resultados do conselho consultivo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO DA PONTE DO ROL:-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Hélio Gomes* agradeceu à Câmara Municipal pelo investimento que fez que é muito importante pois considera que investir na educação é investir num futuro com mais qualidade. Agradeceu também a todos os técnicos e funcionários da Câmara Municipal que ajudaram nos preparativos da inauguração.-----

-----Deu nota que este ano será, para a Ponte do Rol a nível escolar, o ano zero e poderão surgir algumas surpresas, mas está convicto que a autarquia estará disponível para ajudar no que for necessário.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FESTIVAL NOVAS INVASÕES – 27 A 30 DE AGOSTO:-----

-----O *Sr. Vítor Fernandes* interveio para felicitar a Câmara Municipal pela realização do festival em título, pela organização, pelo empenho das associações mas sobretudo pela pertinência da data e do local.-----

-----Bem sabem que o edil está de saída e que não irá cumprir com a promessa de ficar até ao final do mandato, mas Torres Vedras precisa de mais eventos como este ao longo de todo o ano. Os torrienses e o comércio local precisam destes eventos e de mais ainda para oxigenar a economia e alavancar o comércio tradicional.-----

-----Deixou alguns dos exemplos que o PSD foi dando à Câmara, ao longo dos anos, nesse sentido: uma animação mais proativa na época natalícia, que o Carnaval pode e deve começar mais cedo, devem promover e incentivar o turismo eclesiástico, promover o turismo rural e promover a marca “Mais Torres Vedras”. Sem dúvida que devem pensar, planear e agir consoante o que querem para um concelho, mais proativo mais dinâmico e mais futurista.-----

-----Também o *Sr. João Pedro Gomes* se referiu ao evento que no seu entender veio acrescentar algo a Torres Vedras e dinamizou muito a cidade.-----

-----Julga saber que a previsão é do festival se realizar bianualmente, o que pensa que será um erro porque perde muito da sua dinâmica e não terá o impacto que deveria ter. Deveria ser um evento a fortalecer realizando-se com uma cadência anual.-----

-----Seguiu-se o *Sr. Joaquim Gomes* indicando que este festival correu bem e foi muito bom para a cidade e para os comerciantes locais. Também não acha bem que seja bienal e questionou sobre os custos envolvidos na sua realização.-----

-----O *Sr. Artur Narciso* começou se manifestar satisfeito por ter ouvido muitos elogios e até uma profecia que o edil vai sair, o que significa que a coligação vai perder as eleições.-----

-----Felicitou a autarquia pelo o projecto Novas Invasões e convidou para irem ver mais uma iniciativa da autarquia que está a decorrer, o “Largo Convida”.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por assinalar que o Festival Novas Invasões quer marcar de forma diferente as Invasões Francesas e as Linhas de Torres, o qual como primeira edição correu muito bem e é um modelo a afinar.-----

-----No tocante à estratégia de ser bienal prende-se com o facto de se ter iniciado no ano passado, com grandes repercussões nacionais e internacionais o “Bang Awards” que pretendem também que seja bienal, e ao contrário do que disse o membro têm um calendário de eventos que cobre o ano inteiro e não há margem para outras datas.-----

-----Relativamente ao custo informou que foi €120.000,00.-----

-----Quanto a ser necessário criarem mais animação, devem refletir sobre quem é que estão a animar,

pois para o “Befashion” que está a decorrer, convidaram todos os comerciantes e todos os lojistas a aderirem com montras vivas, sem custos e a participarem no desfile mas só tiveram 17 inscrições.----

-----Quanto à provocação de que está de saída e não vai cumprir o mandato esclareceu que é por sua vontade que não faz parte das listas de deputados pelo círculo de Lisboa pelo PS em lugar elegível. Entendeu que não devia de aceitar, porque acha que ainda tem trabalho para fazer na Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO CHOUPAL:-----

-----O *Sr. Nelson Aniceto* interveio para dar nota da conclusão das obras em epígrafe, que ocorreram numa área com cerca de nove hectares no valor de €6900.000,00, inteiramente suportados pelo município e que terá a sua inauguração no próximo dia 26 de setembro, para o qual todos os torrienses estão convidados a participar.-----

-----Referiu que foi uma obra iniciada em junho e terá sido uma das mais complexas realizadas pela Câmara Municipal devido à sua especificidade.-----

-----Salientou que uma das zonas intervencionadas foi a do Patéo Alfazema, assim como as margens do rio Sizandro e a ribeira interior do choupal, com remodelação dos espaços verdes e criação de percursos ciclopedonais, sendo de referir a construção de açude no leito rio-----

-----A área do Parque Urbano do Choupal foi alvo de uma requalificação de fundo, com remodelação do terreno, instalação de relva e revestimento arbustivo, cafetaria, percursos ciclopedonais e áreas de desporto informal e estacionamento. A envolvente à Ermida da Igreja de Nossa Senhora do Ameal está também requalificada.-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* representante do CDS-PP assinalou que esta zona da cidade estava a necessitar de requalificação e ficará agradável mas espera que seja o início e não o fim e que se aproveite este equipamento para dinamizar mais a cidade e turisticamente promover as Linhas de Torres. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que não é o fim de nada, até porque o perímetro urbano da cidade começa mais a norte, e a grande aposta do Executivo Municipal para o Portugal 2020 é a requalificação do Matadouro e Bairro Reis.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FESTA DO AVANTE – RETIRADA DE PENDÕES PELO MUNICIPIO:-----

-----Sobre o assunto o membro do Grupo Municipal do PCP, *Sr. João Bernardes* disse que está confirmado pela comissão nacional de eleições que se trata de propaganda da festa e não tinha conhecimento de nenhum município que a tenha retirado.-----

-----Deixou um convite a todos os vereadores para comparecerem no próximo ano quando celebrarem o 40.º aniversário, para perceberem que é uma festa política, mas também uma festa da

vida e quem lá vai sabe que não há uma festa como esta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS:-----

-----A *Sra. Cristina Abreu*, autarca da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, reportando-se ao ofício lido na correspondência remetido pela Segurança Social de Lisboa na sequência da exposição que lhes foi remetida, resultante da reunião que tiveram com a Presidente da CPCJ de Torres Vedras, lamentou que a resposta tenha sido vaga, é mais do mesmo, nada mais diz do que já se sabe e não faz sentido sequer continuarem a pensar que a CPCJ funciona bem, porque não o faz.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE PORTO NOVO:-----

-----A Presidente da Junta da União de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira *Sra. Cristina Abreu* referiu-se à obra em título, onde foram aplicados meio milhão de euros numa área de 3.800 m2 e vem requalificar uma zona “pobre” de imagem, “rica” conteúdo.-----

-----Vem não só proporcionar melhores momentos de lazer à população, mas também requalificar uma área que estava em perigo, nomeadamente no que se refere à consolidação das arribas assim como a construção de um novo muro de proteção à zona costeira, acautelando assim a entrada do mar pelo estacionamento a dentro.-----

-----Informou ainda que a obra foi comparticipada pelo Programa Operacional de Valorização do Território no âmbito do quadro comunitário e irá continuar em 2016 com a requalificação do piso do estacionamento e o embelezamento daquela zona.-----

-----No seguimento da intervenção interior o *Sr. Francisco Inácio* agradeceu à Câmara Municipal pelo excelente trabalho realizado na requalificação da zona costeira de Porto Novo, e com a qual a população tem hoje outra segurança, outra comodidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARQUE VERDE DA VÁRZEA:-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* disse que teve conhecimento que o sistema de rega automática da relva deste parque permanece em funcionamento tempo a mais, do que resulta ficar algumas vezes enlameada. No seu entender seria uma situação a rever e pertinente encurtar os períodos de rega.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

YES SUMMER CAMP 2015 :-----

-----A *Sra. Renata Simões* interveio para aplaudir a iniciativa em título da Juventude Socialista inserida nas festividades de Verão em Santa Cruz, com organização de Young European Socialists que decorreu entre 25 e 30 de agosto, evento bianual para alguns dias de interação política e social. -

-----Este acampamento contou com um intenso programa de formação política, workshops, sessões

de formação e painéis de discussão política com a participação de mais de 40 oradores convidados, entre os quais destacou figuras do movimento internacional socialista, eurodeputados e figuras de relevo nacional e internacional, não só socialistas.-----

----Deu nota que o evento juntou cerca de mil jovens de 30 nacionalidades diferentes em Santa Cruz, com uma forte exposição mediática e que permitiu, para além da partilha de conhecimentos e formação cívica e política, um cariz de grande impacto turístico sendo um poderoso instrumento na divulgação do concelho.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ONDA DE VERÃO 2015 – SANTA CRUZ:-----

----O *Sr. Artur Narciso* felicitou a autarquia pela realização de mais uma edição da Onda de Verão em Santa Cruz e mostrou-se satisfeito por ver cada vez mais turistas estrangeiros nesta localidade. ---

----Este evento engloba inúmeras atividades tais como Homens Estátua, Festival Summer Sounds, Cortejo Etnográfico, Feira de Verão, Ocean Spirit e Carnaval de Verão, agradecendo a todos os participantes, pois mais uma vez conseguem levar o Oeste e Torres Vedras em frente.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AMEAL – ABAIXO ASSINADO:-----

----O *Sr. Joaquim Gomes* informou que está a circular no Ameal um abaixo assinado relativamente a uma estrada em mau estado, que dá acesso à Portela da Vila e que está por asfaltar há muito tempo.

----Trata-se de uma estrada com poucos metros que não teria muitos custos envolvidos e a Câmara poderia fazer um esforço para a arranjar.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* anotou que o concelho tem muitas estradas que necessitam de ser recuperadas, não é só esta no Ameal. Têm consciência das necessidades e pretendem fazer investimento nesse sentido no próximo ano.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OESTE NATURA - FEIRA DA CAÇA, PESCA E NATUREZA DO OESTE:-----

----O Presidente de Junta do Turcifal *Sr. Filipe Santos* interveio para deixar nota positiva da feira em epígrafe, que muito dignificou o concelho e o Oeste, agradecendo à Câmara Municipal por ter decidido organizar esta feira de forma descentralizada, no Turcifal. -----

----Referiu que o certame contou com cerca de 37 expositores, 350 participantes ativos e recebeu cerca de 6.000 visitantes durante os três dias em que decorreu.-----

----Por tudo isto desafiou a Câmara Municipal a passar para anualmente e radicá-la no Turcifal, já que ficou provado que é esta a vontade dos amantes deste tipo de desportos.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que estão agradecidos pela disponibilidade e pelo trabalho e estão à vontade para entregar a organização deste evento à Junta de Freguesia.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TRANSFERÊNCIA DA BIBLIOTECA PARA A EX-MOAGEM CLEMENTE:-----

-----A *Sra. Marta Geraldês* interveio no sentido de perceber qual o estado da transferência da biblioteca para o edifício da ex Moagem Clemente.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a autarquia pretendia que a transferência ocorresse durante o Verão, mas não foi possível por complicações de obra, relacionadas com a mobilidade reduzida. Perspetivam no Natal estarem em condições de fazer a mudança.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA:-----

-----O *Sr. Vale Paulos* pediu a palavra para dar nota que no passado dia 13 de setembro, quase 10 anos depois do lançamento da 1.º pedra foi inaugurada a igreja em título. -----

-----Fez um breve enquadramento histórico e referiu que associada ao evento foram inaugurados arruamentos que referenciam a aldeia mais histórica da região: Rua Castro do Penedo; Rua Aurélio Ricardo Belo, Largo de Nossa Senhora Penha de França em frente à Igreja e a Travessa Emília Paulo Ramalho Carneiro.-----

-----Deu nota que a obra foi iniciada e concluída com apoio financeiro, máquinas e materiais da Câmara Municipal de Torres Vedras, tendo o seu custo estimado em 65.000,00 euros, repartidos em 85% pela autarquia e os restantes 15% pelas empresas de materiais e comunidade em geral.-----

-----Por fim assinalou que foram homenageados o Padre José Manuel da Silva, anterior Pároco que sempre apoiou e incentivou aquela comunidade a construir a sua capela, ensinando as origens históricas da aldeia e da imagem de N. S. da Penha de França e o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Miguel, pelo compromisso assumido e cumprido na ajuda financeira, máquinas e materiais, do princípio até ao fim da construção.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MARÉS CURTAS – ANIMAÇÃO E ARTES – PRAIA DE PORTO NOVO: -----

-----O *Sr. Francisco Inácio* agradeceu à Câmara Municipal na pessoa da Vereadora Ana Umbelino, pelo apoio dado à Vaklouro – Associação Ambiental e Cultural da Maceira que possibilitou realizar em Porto Novo, nos dias 2 e 9 de agosto último, o evento em título.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AGRADECIMENTO – VITOR JAIME GARCIA SANTOS:-----

-----O *Sr. Francisco Inácio* interveio para registar o seu agradecimento e homenagem ao Sr. Vítor Jaime Garcia Santos natural e residente na Maceira, que no dia 9 de agosto, quando pescava na malhada junto à pedra de Porto Novo, viu um pequeno barco com 3 pessoas a bordo a virar por causa de uma vaga, tendo ajudado no salvamento dos mesmos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

HOTEL DAS TERMAS – MACEIRA:-----

-----O *Sr. Francisco Inácio* começou por dizer que a Câmara Municipal tem comprado vários imóveis, destacando o edifício onde está instalada a Pousada da Juventude. Nesta sequência informou que o Hotel das Termas na Maceira está à venda, questionando se o edil tem conhecimento do preço e se tem condições para adquiri-lo, podendo transformá-lo numa pousada para a 3.ª Idade, sendo que, com 30 anos de profissional de hotelaria, está disponível para colaborar.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez notar que o imóvel em causa já está à venda há muito tempo, mas o “negócio” da Câmara Municipal não é a industria hoteleira, esclarecendo que a Pousada da Juventude foi adquirida em condições excepcionais não tendo a Câmara Municipal gasto nenhuma verba.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MERCADO DE TORRES VEDRAS – LOJA DO CIDADÃO:-----

-----O *Sr. João Bastos* disse que o Mercado funciona bem graças aos seus operadores, apesar de, no seu entender a orientação do estacionamento não ser a melhor, a configuração no interior ser um pouco confusa e as escadas parecem escadas de incêndio. -----

-----No exterior, a praça central tem cota abaixo do que deveria estar e entre a galeria e a rua o passeio está todo torto pelo que já estava na altura da Câmara endireitar o mesmo, pensando que é uma obra que não envolve muitos custos.-----

-----De seguida questionou sobre o ponto de situação do edifício junto ao mercado municipal, que pelos vistos já não é destinado à Loja do Cidadão. Se agora a loja do cidadão sai dali, qual é a contrapartida da Câmara e se o edifício vai ser acabado. Tendo presente as condições inerentes à construção do prédio, como é que a Câmara salvaguardou a questão da área que lhe pertence.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que quando o mercado foi inaugurado, não se fez a pavimentação uma vez que a construção do prédio era subjacente ao mesmo. Estas obras não tem corrido bem como todos sabem, e daí que ainda não se tenha concluído a obra em termos do piso e passeios. Espera em breve prazo ter condições para avançar. -----

-----Quanto ao edifício, continuam em contacto e em negociações, não só com a firma empreendedora, mas também com muitos dos promitentes compradores no sentido de se encontrar uma solução conjunta que permita vir a concluir o prédio e minimizar prejuízos.-----

-----Explicou ainda que a contrapartida que está em causa é a entrega de espaço, independentemente da sua utilização. Não quer dizer que a Loja do Cidadão não vá para este local. -----

-----A autarquia tem o compromisso de instalar uma loja do cidadão provisoriamente no Centro Coordenador de Transportes e definitivamente neste edifício. No entanto à data não existe informação por parte do governo de como vão financiar as lojas do cidadão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PISTA DE ATLETISMO DO PAÚL:-----

-----A *Sra. Ana Fiéis* questionou sobre a construção da nova pista, e se a Câmara teve a preocupação de limpar a pista existente para que tenha o mínimo de condições, já que as provas terão o seu início no dia seguinte -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a pista é dos Paulenses e não da Câmara Municipal, pelo que deve colocar estas questões ao clube. No entanto sabe que a empreitada foi adjudicada, mas um dos concorrentes vencidos impugnou a decisão, tendo sido na passada semana que foi decidido não lhe reconhecer a razão, pelo que os Paulenses agora estão em condições de avançar com a adjudicação dos trabalhos.-----

-----Fez notar que quem utiliza os equipamentos também deve ficar a saber das dificuldades que surgem e assim sejam menos exigentes.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ:-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira, *Sr. Carlos Gomes* tomou a palavra para convidar todos os presentes para os festejos em título.-----

-----Aproveitou para agradecer ao Presidente da Câmara Municipal e sua equipa pela ajuda que lhes deu na preparação dos terrenos, para que possam receber mais condignamente todos os visitantes.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Entrou-se no Período da Ordem do dia.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2015, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 6989, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 9 de setembro, a remeter a 2.ª revisão em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que se trata de aditar duas rubricas, referente a amortizações de empréstimos e fornecimento de refeições.-----

-----Não se registaram intervenções, pelo que se passou de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento do Município de Torres Vedras aprovado para 2015.-----

PONTO 2 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2015 A COBRAR EM 2016, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 6991 de 9 de setembro da Câmara Municipal a informar que em 08.09.2015 deliberou por maioria propor a fixação da taxa do IMI para Prédios Urbanos em 0,40% e a redução da taxa, atendendo ao número de dependentes a cargo a 31 de dezembro: 1 dependente 5%, 2 dependentes 7,5% e 3 dependentes 10% nos termos do n.º 13 do art.º 112.º do código do IMI

aditado pela Lei n.º 82/D/2014 de 31.12.-----

-----O Presidente da Mesa informou que tinha sido entregue pelo grupo municipal do PSD e CDS-PP uma proposta, que já tinha sido distribuída e seria tida em consideração na discussão e votação final, da qual se transcreve o seguinte :-----

PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD/CDS-PP:-----

-----“O Grupo do PSD/CDS na Assembleia Municipal de Torres Vedras vem, nos termos legais, propor a fixação de Imposto Municipal sobre Imóveis para 2015 em 0,36%. Mais se propõe, ao abrigo do n.º 13 do art.º 112.º do Código do IMI que sejam aprovadas as seguintes reduções:1 dependente a cargo – 10%, 2 dependentes a cargo – 15% e 3 dependentes a cargo 20%.-----

-----A proposta apresentada resultou de uma análise à evolução de receitas do IMI e demais impostos municipais, procedendo a uma avaliação do seu impacto orçamental.-----

-----Conclusões:-----

-----1. Têm-se verificado ao nível das receitas globalmente consideradas aumentos sucessivos, e de modo muito significativo, no município de Torres Vedras. Esta é uma realidade indesmentível.-----

-----2. Em 2014, o Sr. Presidente da Câmara Municipal justificou a rejeição de uma proposta de redução da taxa do IMI porque aguardava a consolidação das receitas globais, o que esperava que pudesse acontecer em 2015. Sucede que o aumento de receitas, globalmente consideradas, e excecionado as receitas provenientes de fundos comunitários, é superior em 5 milhões de euros face a 2011. E estima-se que possa ser de 6 milhões em 2016 (considerando uma taxa de 0,4%, sem qualquer redução).-----

-----3. A redução da taxa do IMI para 2016 para 0,36% tem um impacto potencial de 1.38 milhões de euros, ou seja, ainda assim estima-se um aumento global, face a 2014, de 70 mil euros.-----

-----4. A redução da taxa do IMI para 2016 para 0,38% tem um impacto potencial de 690 mil euros, ou seja, permite um aumento global, face a 2014, de 760 mil euros.-----

-----5. O impacto da opção pelo IMI familiar é, segundo dados da AT, de cerca de 125 ou 250 mil euros, caso se considere a proposta da Câmara Municipal.-----

-----Assim, e conforme já referido, entende-se que deve haver uma redução da taxa. Generalizadamente, para todos os torrienses e, em especial, e sendo o PSD e CDS Partidos amigos das famílias, para os agregados com dependentes.”-----

-----De seguida deu a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para fazer uma breve apresentação da proposta da Câmara Municipal, a qual vem no sentido de manter as taxas em vigor nos últimos anos de IMI, IRS, Derrama e TMDP.-----

-----No que se refere ao IMI o Executivo também aprovou por maioria propor um desconto nos agregados familiares com 1 filho de 5%, 2 filhos 7,5% e 3 ou mais filhos 10%, que corresponde a metade daquilo que é o limite máximo estabelecido na lei.-----

-----Informou que à data da deliberação da Câmara Municipal ainda não tinham dados concretos do que poderia representar esses descontos, mas hoje já os têm.-----

-----Acresce a esta situação, que embora já há dois anos vigore uma isenção de IMI para agregados familiares, cujo rendimento anual seja igual ou inferior a €15.295,00 e que tenham imóveis cuja avaliação tenha o valor patrimonial de €66.500,00 a qual tem que ser requerida pelo próprio mas acha que por falta de divulgação os requerimentos têm sido muito residuais e não têm qualquer peso, para 2016 é calculada e aplicada automaticamente pelas finanças.-----

-----Acrescentou ainda que as finanças não lhes deram até ao dia de hoje, dados expectáveis, mas pela experiência, pela prática, nomeadamente nos territórios mais rurais, pensam que irão ter muita isenção de IMI.-----

-----Por conseguinte não conseguem calcular qual vai ser a repercussão direta desta medida no IMI de 2016, que até é compreensível em termos sociais, mas é pena que seja feita à custa da receita do município.-----

-----Daqui resultou a prudência neste apoio às famílias com filhos e nesta redução que é um apoio genérico, independente do número de filhos, seja pobre, rico ou remediado.-----

-----Tomou a palavra o **Sr. Marco Claudino**, começando por dizer que o PSD/CDS apresentam em conjunto uma proposta para este ponto, e tal como no ano passado, numa lógica de conjunto com todas as outras taxas que aqui se encontram hoje para decisão.-----

-----Fez notar que a reunião em que a Câmara Municipal aprovou as taxas este ano foi realizada mais cedo do que o habitual e ainda não se sabia o valor relativamente ao impacto do IMI familiar. Acontece que o impacto é €123.000,00, ou seja menos de 1%, face à receita global de IMI. É este o impacto para o município, amigo das famílias, amigo dos agregados com dependentes.-----

-----Esperavam que o PS na posse dos dados, pudesse fazer uma alteração à proposta, mas pelo silêncio pensa que não irá acontecer.-----

-----Lembrou que o edil sempre disse que numa primeira fase fariam uma redução, caso as receitas globais do município pudessem vir a manter-se. Tal como demonstram o ano passado, também este ano é visível o aumento significativo do IMI. Este aumento de receita, apesar da manutenção da taxa corresponde a um agravamento fiscal, em resultado da reavaliação. Houve um agravamento que estimam e que já é verificado na ordem de 68% para 2015, face a 2011.-----

-----Concordam com o argumento de que não pode afetar as receitas globais do Município, alegado pelo Sr. Presidente da Câmara. No entanto as receitas globais do município, quanto ao IMI, IRS, derrama, IUC e transferências pelo orçamento de estado é equilibrada desde 2013.-----

-----Estão a falar de 29 milhões de euros para 2013, 2014 e 2015, ou seja verifica-se o outro pressuposto feito à um ano atrás de que iriam esperar pela consolidação das receitas. Face a 2011 para 2015 têm também um aumento de 20%, nas receitas globais.-----

-----Entendem que não há nenhuma justificação para que não se possa fazer, não um desagravamento fiscal, mas um pequeno regresso.-----

-----Assim, na proposta que fazem deixam os dados que podem ser devidamente auditados por todos, e propõem 0,36%, também com uma redução no IMI familiar, que tem uma expressão mínima naquilo que é o impacto no município.-----

-----Por fim disse que sendo o PSD e o CDS dois partidos abertos à definição daquilo que é importante estão disponíveis para fazerem uma redução que seja justa de forma generalizada.-----

-----A **Sra. Teresa Oliveira**, líder da Bancada do PCP, informou que o vereador do PCP também propôs em reunião do Executivo que a taxa de IMI, não fosse de 0,4 % mas 0,35%.-----

-----Anotou que o PCP reconhece a importância da receita do IMI para a Câmara Municipal, mas crê que, como acabou de explicar o colega Marco Claudino as atualizações dos valores dos imóveis e outras situações, levaram a que a evolução do IMI tenha sido positiva e pensam que esta proposta não vai afetar grandemente a receita da autarquia.-----

-----Em relação às reduções em função dos dependentes do agregado familiar, não vêm a possibilidade de um modo muito positivo, porque ninguém lhes garante que uma família com 2 ou 3 filhos, seja uma família com problemas financeiros. Não lhes parece muito correto.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** inquiriu a mesa da possibilidade de separar as votações: base e IMI familiar, já que transparece da intervenção do PCP que poderão ter votações diferentes, o que foi aceite.-----

-----Teve de seguida a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para alguns esclarecimentos e para dizer que estão sempre abertos a ouvir, a ponderar e até negociar desde que tenham todos os elementos em cima da mesa. Não discute este assunto sem saber qual é a coleta desta redução automática prevista para 2016 e pondo em causa o orçamento da Câmara.-----

-----É verdade que o impacto da redução no IMI familiar ronda os 130 mil euros, o que souberam dois dias depois, mas é dinheiro, é orçamento. Se à data soubessem, eram capazes de ponderar, mas o grande receio é esta redução automática em 2016.-----

-----É bom para as famílias e é mais justo que a redução familiar, mas teme que, nomeadamente no meio rural onde têm 60 mil pessoas, tenha grande impacto na receita.-----

-----Também referiu que está de acordo com o membro Marco Claudino quando diz que a receita global da Câmara Municipal tem vindo a ser equilibra, ou seja têm aumentos de IMI mas têm redução das outras. Não se podem esquecer que têm uma previsão de diminuição de IMT, mais ano menos ano, que para já foi adiada, mas a decisão ainda não foi revogada.-----

-----Assim, mantém aquilo que disseram no sentido de que quando as coisas estabilizarem, podem pensar numa redução.-----

-----Por último felicitou o Vereador Hugo Martins, pela sua visão moderada daquilo que são os

impostos e as taxas municipais, felicitou o PSD moderado de Torres Vedras cuja proposta foi de manter os 0,4% e ter um IMI familiar pelo máximo.-----

-----O *Sr. Marco Claudino* disse estarem de acordo de princípio mas não de resultado. De facto tem sido equilibrado em termos de valores os últimos dois, três anos, após o Sr. Presidente dizer que esperava para ver se havia aumento. No entanto as receitas de 2011 foram 25 milhões de euros, e hoje estão perto dos 30.-----

-----Também disse que a prudência que o Vereador Hugo Martins utilizou foi bastante razoável por desconhecer, assim como todo o Executivo, o impacto potencial do IMI familiar.-----

-----Não percebe qual é a pressa já que a taxa de IMI, pode ser deliberada até 30 de novembro e questionou se há algum impedimento, pois podem fazer as “demarches” para tentar saber qual é o tal impacto e fixar a taxa mais tarde.-----

-----O *Presidente da Câmara*, fez notar que esta sessão tem sido sempre quando apresentam as taxas, e por isso não vê qual é a diferença entre este e os outros anos sendo certo que esta é uma matéria anual, não uma matéria de mandato e por isso no próximo ano, sabendo a receita de 2015 e o percurso de 2016, estarão em condições de falar.-----

-----O membro *Marco Claudino* lembrou que no ano transato a fixação da taxa do IMI foi feita na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de novembro e não em setembro.-----

-----Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia Municipal a proposta do PSD/CDS – parte I: “fixação de Imposto Municipal sobre Imóveis para 2015 em 0,36%”, a qual foi reprovada, 25 votos contra, 3 abstenções e 12 votos a favor.-----

-----Face a este resultado o Grupo Municipal do PSD prescindiu que se votasse a parte II da proposta “reduções: 1 dependente a cargo – 10%, 2 dependentes a cargo – 15% e 3 dependentes a cargo 20%”, pelo que se passou à votação da proposta submetida pelo Executivo Municipal:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 27 votos a favor, 2 abstenções e 11 votos contra, fixar a taxa do IMI para Prédios Urbanos em 0,40% e nos termos do n.º 13 do art.º 112.º do código do IMI aditado pela Lei n.º 82/D/2014 de 31.12 e a redução da taxa atendendo ao número de dependentes a cargo a 31 de dezembro: 1 dependente 5%; 2 dependentes 7,5% e 3 dependentes 10%.-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, António Moreira e Pedro Germano, abstiveram-se José Manuel Cristóvão e Hélio Gomes e contra os membros do PSD, CDS e do PCP.--

PONTO 3 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL DO IRS, RESPEITANTE AOS RENDIMENTOS DE 2015 A COBRAR EM 2016, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO, TENDO PRESENTE A ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 25 DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 6986, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de setembro, a informar que em sua reunião realizada em 08.09.2014 deliberou propor que a taxa em título venha a

ser fixada em 5%.-----

-----Uma vez que a apresentação foi feita no ponto anterior e não se registaram intervenções o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a taxa em causa.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 31 votos a favor e 7 abstenções fixar a taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2015 a cobrar em 2016, a que os municípios têm direito em cada ano.-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, PCP, António Moreira, Pedro Germano e Hélio Gomes, abstiveram-se os membros do PSD. Ausentes o membro do CDS e Carlos Gomes Presidente de Junta de S. Pedro da Cadeira, que concluiu a sua participação nos trabalhos.-----

PONTO 4 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, AO LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, A COBRAR NO ANO DE 2016, SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 6985, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 9 de setembro, a informar que na sua reunião de 08.09.2015 deliberou propor o lançamento de uma Derrama, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, bem como uma taxa reduzida de Derrama de 1% a cobrar em 2016, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00.-----

-----Uma vez que foi feita pelo Sr. Presidente de Câmara uma apresentação conjunta das taxas agendadas e não se registaram intervenções o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a taxa em causa.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 31 votos a favor e 7 abstenções autorizar o lançamento de uma Derrama, de 1,5% sobre o lucro Tributável sujeito e não isento de IRC, bem como uma taxa reduzida de Derrama de 1% a cobrar em 2016, sobre o lucro Tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, PCP, António Moreira, Hélio Gomes e Pedro Germano e abstiveram-se os membros do PSD. Estava ausente da sala João Pedro Gomes.-----

PONTO 5 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2016, PREVISTA NA LEI N.º 5/2004 DE 10.02 - LEI DAS COMUNICACÕES ELETRÓNICAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 25 DA 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 6987, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 9 de setembro, a informar que deliberou em 08.09 propor a fixação da taxa em título em 0,25%.-----

-----O *Sr. João Bernardes* interveio para dizer que, apesar de os valores não serem significativos os encargos deveriam ser sobre as operadoras e no entanto recaem sobre os consumidores.-----

-----Manifestou algumas dúvidas sobre o controle dos valores recolhidos pelas operadoras e o que efetivamente entregam à autarquia.-----

-----Por esta razão o PCP iria votar contra.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse concordar com o membro, mas a legislação assim o indica e os municípios não têm qualquer controlo sobre essas verbas e não há fiscalização. -----

-----Não se registaram mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a taxa em causa.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 33 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção, fixar a taxa aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,25%.-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, António Moreira, Hélio Gomes e Pedro Germano, contra os membros do PCP e absteve-se José Manuel Cristóvão. Estava ausente da sala aquando da votação Marco Claudino.-----

PONTO 6 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL - PREPARAÇÃO DO ANO LETIVO DE 2015/2016 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - AUXÍLIOS ECONÓMICOS – SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA – GENERALIZAÇÃO DE REFEIÇÕES NO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO E ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02:-----

-----Presente ofício número 6617 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 21 de agosto último a remeter o processo visando a autorização em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* assinalou que se trata de uma consequência natural do facto de o ano letivo se desdobrar em dois anos civis, daí a necessidade da repartição de encargos.-----

-----A *Sra. Susana Neves* começou por recordar que o Despacho n.º 9265 B/2013 de 15 de julho veio reduzir significativamente as participações nas Atividades de Enriquecimento Curricular e acreditam que planear, organizar e executar cada ano letivo é sem dúvida um enorme desafio.-----

-----No entanto cada ano que passa, por maior que as dificuldades económicas sejam, as AECs que este município preconiza, são cada vez mais diferenciadas.-----

-----Deu como exemplo a introdução da robótica nas escolas do 1.º ciclo, no Agrupamento de S. Gonçalo, um verdadeiro investimento na educação conectada com as novas tecnologias.-----

-----Referiu também a continuidade do inglês, da música, da natação, da educação para o empreendedorismo da criança com atelier diversos, congratulando as intervenções protocolares

subjacentes na base destas AECs entre o município com as IPSS, juntas e as entidades comunitárias do município.-----

-----Mencionou também o apoio contínuo às refeições, com uma média diária de 4 refeições, o projecto “Livro com Pernas”, a beneficiar crianças e famílias na aquisição gratuita de livros escolares ou usados, continuidade do programa do regime da fruta escolar e ainda o projecto “almoça comigo nos meus anos”, sem dúvida uma grande aposta no estreitamento dos laços entre a escola e a família.-----

-----Para terminar congratulou a vereação da área educativa do município na preocupação, na originalidade e na minuciosidade dos panfletos elaborados para o 1.º ciclo e pré-escolar, um instrumento de trabalho entregue aos 64 estabelecimentos educativos do concelho na facilitação do diálogo entre professores e encarregados de educação.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras do membro e indicou que as AECs, é algo que os orgulha e às quais a comunidade escolar reconhece os méritos e pretendem continuar a melhorar e a aumentar as ofertas.-----

-----Concluídas as intervenções, o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação o ponto em apreço:--

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual - preparação do ano letivo de 2015/2016 – ação social escolar - auxílios económicos – serviço de apoio à família – generalização de refeições no 1.º ciclo de ensino básico e atividades de enriquecimento curricular.-----

PONTO ADITADO:-----

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO “CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA JUDIARIA DE TORRES VEDRAS – STORY CENTER – CASA CERCA DA JOSEFA.”, NOS TERMOS DO N.º 6 DO ART.º 22 DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA SUA ATUAL REDACÇÃO E ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21.02:-----

-----Presente informação conjunta da Chefe de Gabinete, Filipa Mourão e Chefe de Divisão Financeira Jesus Guerra a informar sobre o processo em título o qual teve o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara “ Pelos motivos abaixo descritos, por se tratar de assunto urgente e estando em causa o cumprimento de prazos de execução física da obra, com vista ao seu financiamento por fundo europeu, solicita-se a V. Exa. que, excepcionalmente, seja aditado este ponto à ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de 18.09.15”-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* justificou a utilização desta norma legal com o facto de se tratar de uma urgência, uma vez que se trata de uma obra com comparticipação europeia, que tem que estar

concluída em abril e nesse sentido surge a necessidade de subscrever contrato rapidamente para o qual tem que estar prevista a repartição de encargos entre 2015 e 2016.-----

-----Relativamente à obra em si disse que se trata só do edifício que vai albergar o Centro de Interpretação da Judiaria, um apoio ao turismo e também o Gabinete do Centro Histórico, para funcionar como um ponto de apoio àquela comunidade menos favorecida. Pensam na próxima Primavera terem os serviços a funcionar e com os mesmos uma mais valia para esta zona. -----

-----O *Sr. João Bastos* disse estar de acordo pois têm pontos de interesse na zona histórica e aproveitou sugerir que o funcionário que seja afeto à Cerca da Josefa também fique encarregado de abrir as portas do Castelo quando haja alguém para o visitar, pois acha que presentemente o guarda está maior parte do tempo sem fazer nada. -----

-----No entanto pensa que funcionaria melhor se centrasse só a vertente de apoio ao turismo na Cerca da Josefa e não misturar com vertentes técnicas. Se a Câmara tem uma lógica de agregar os serviços como no caso dos SMAS não faz sentido colocar técnicos de outras especialidades na Cerca da Josefa e outros no edifício principal. É uma dispersão de meios e de equipamentos.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que se a sugestão do membro é ter um funcionário “coitado” na Cerca da Josefa que depois vai a correr com a chave na mão para abrir o torreão e pôr a televisão a trabalhar, não aceita a sugestão. -----

-----Assim, informou que o torreão do Castelo é um dos sítios mais visitados em Torres Vedras e tomara o museu ter tantos visitantes quantos tem o Castelo. O problema do Castelo não é falta de visitantes mas de infraestruturas e foi nessa vertente que falou na Cerca da Josefa.-----

-----Deu nota ainda que o Gabinete de Apoio ao Centro Histórico foi criado há um ano e a intenção é ter este apoio técnico mais próximo da população.-----

-----Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa, submeteu à votação o assunto em discussão.--

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade conceder autorização prévia para a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais – concurso público para a empreitada de construção do “Centro de Interpretação da Judiaria de Torres Vedras – Story Center – Casa Cerca da Josefa.”.-----

PONTO 7 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS GERADOS PELO PLANO DE LIQUIDACÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS NO ART.º 6.º E 16 DA LEI N.º 8/2012 DE 21.02:-----

-----Presente ofício número 6990 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de setembro, a remeter o processo em título, atenta a competência deste órgão nesta matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* assinalou com satisfação que a dívida aos SMAS é a única que têm para liquidar para 2016.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais gerados pelo plano de liquidação dos pagamentos em atraso.-----

-----Anota-se que para a discussão deste assunto, ausentou-se da reunião o membro Vítor José dos Santos Fernandes para cumprimento do estipulado no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo.-----

PONTO 8 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA UNIDADE INDUSTRIAL DA TOMIX EM CUMPRIMENTO DO ART.º 90 .º DO RJIGT, NA REDAÇÃO DADA PELO DECRETO LEI 80/2015 DE 14/05:-----

-----Presente ofício número 6618, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 31 de agosto último, a remeter a proposta da versão final do plano em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação do plano de pormenor que resultou de um interesse municipal dado pela Câmara e ratificado pela Assembleia. Contempla duas unidades, uma já construída e outra em fase final de construção e ordena todo o espaço envolvente e acessos.--

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Pormenor da Unidade Industrial da Tomix.-----

-----Retomou o seu lugar nos trabalhos o membro Vítor José dos Santos Fernandes.-----

PONTO 9 - RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL, PARA REGULARIZAÇÃO DE “CENTRO DE PRODUÇÃO DE ESPERA” – ESPERA – RUNA FREGUESIA DE RUNA, REQUERIDO CONSTRADAS - ESTRADAS E CONSTRUÇÕES, S.A REFERENTE AO PROCESSO CI 1/15 TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NO ART.º130.º DO REGULAMENTO DO PDM EM VIGOR:-----

-----Presente ofício número 6988, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 09.09, a remeter o processo em epígrafe, uma vez que em sua reunião de 08.09 deliberou reconhecer as seguintes atividades de interesse público: regularização de operação de gestão de resíduos de construção e demolição e regularização, alteração e ampliação de estabelecimento industrial de fabrico de misturas betuminosas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que é um interesse municipal anómalo. Trata-se de uma situação existente conhecida como o estaleiro da Constradas S.A e que nada tem a ver com a exploração da pedra. A entidade reguladora obrigou a que a firma regularize o que lá existe, o que só pode ser através de declaração de interesse municipal, tendo o Executivo deliberado favoravelmente. -----

-----Não se registaram intervenções, pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade ratificar a declaração de interesse

municipal, para regularização de “Centro de Produção de Espera” – Espera – Runa, freguesia de Runa, requerido Constradas - Estradas e Construções, S.A referente ao processo CI 1/15.-----

-----Voltou a participar dos trabalhos o membro Vítor José dos Santos Fernandes.-----

PONTO 10 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente ofício 6619, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 31 de agosto último, a remeter o projeto de regulamento em título, tendo presente as competências deste órgão nesta matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o regulamento em causa teve discussão pública e agora está em condições de ser apresentado ao Órgão Deliberativo.-----

-----A *Sra. Marta Geraldês* disse ser com bons olhos que a JSD vê, embora com algum atraso, que seja posto à votação e discussão deste órgão este projeto de regulamento. Consideram que o Conselho Municipal de Juventude é um mecanismo fundamental e crucial para que se pensem políticas para os jovens torrienses com o contributo de todos os agentes que com eles lidam diariamente.-----

-----No entanto com iniciar do ano letivo de 2015/2016 pensa que este é o momento certo para finalmente dar início aos trabalhos. Sendo assim, aguarda com entusiasmo uma convocatória para a primeira reunião do conselho.-----

-----A *Sra. Susana Neves* assinalou que o documento em discussão é muito rico, primeiro porque não anula toda a historicidade do regulamento da Comissão Municipal de Juventude, aprovado no ano de 2000, segundo porque segrega diagnósticos e práticas interventivas no âmbito da juventude das respetivas coletividades e associações juvenis numa baliza temporal de 2007 a 2013.-----

-----Trata-se de um regulamento minucioso, preocupado com a definição de políticas e de um “modus operandis” no benefício dos jovens do concelho, e na recolha dos indicadores macro e micro funcionais e económicos da vida e das necessidades dos nossos jovens.-----

-----Caracterizou-o como uma rede funcional, auditiva e interventiva, educativa e inclusora. Em comparação com o regulamento da comissão realçou alguns itens diferenciadores: a composição do conselho com novos autores no âmbito da política da comunidade juvenil e do ensino, quer a nível secundário quer superior, a emissão do parecer sobre o orçamento municipal, no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude e a acompanhamento à própria execução à política orçamental, competências que evidenciam que este é um município que nada esconde, tudo o que executa é claro e transparente.-----

-----A *Sra. Marta Geraldês* pediu novamente a palavra para agradecer os elogios da bancada do PS, lembrando que o regulamento é uma cópia da lei mas que é ótimo concordarem com uma lei de autoria do Governo PSD, força partidária que representa.-----

-----Concluídas as intervenções o Presidente da Mesa submeteu o mesmo à votação.-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar projeto de regulamento do Conselho Municipal de Juventude.-----

PONTO 11 - NOMEAÇÃO DE NOVOS ELEMENTOS CONSTITUINTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE ACORDO COM A ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 7/2003, INTRODUZIDA PELO DECRETO – LEI 72/2015 DE 11.05:-----

-----Presente ofício número 5959 da Câmara Municipal, de 31 de julho último, a solicitar a nomeação em título, alterando assim a composição do Conselho Municipal de Educação:-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve introdução da alteração, que resulta de uma alteração na legislação que regula este conselho-----

-----Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou a nomeação de novos elementos constituintes do Conselho Municipal de Educação, de acordo com a alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, introduzida pelo Decreto – Lei 72/2015 de 11.05 - alteração ao art.º 5º para o período coincidente com o atual mandato autárquico:-----

-----alínea e) - Substituição do “diretor regional de educação com competências na área do município ou quem este designar em sua substituição” pelo “delegado regional de educação da direcção de serviços da região cuja área territorial corresponda à do município, integrada na direcção geral dos estabelecimentos escolares, ou a quem o diretor-geral dos estabelecimentos escolares designar em sua substituição”.-----

-----alínea f) Inclusão dos “diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município”.-----

PONTO 12 - APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente informação referente à actividade do município de julho, agosto e setembro de 2015, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 16.09 é de €3.631.539.46e o saldo de tesouraria €1.049.267,61.-----

-----Pedi a palavra a autarca de Campelos e Outeiro da Cabeça, *Natalina Luís*, para dar nota que o Centro Educativo de Campelos é inaugurado no próximo domingo, 20 de setembro para o qual sabe que todos foram convidados, reforçando que será uma honra recebê-los, neste equipamento que será de certeza um marco para todas as crianças que por lá irão passar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 24.00 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
